



ANO 3 - Nº 9 - AGOSTO - 2013

INFORMATIVO CNSP

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS



FUNDADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1993 - WWW.CNSP.ORG.BR



CNSP apóia movimento pela valorização dos trabalhos do Tribunal de Contas da União

Nota Pública

As **Associações Nacionais dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC)** e do **Ministério Público de Contas (AMPCON)**, com apoio da **Confederação Nacional de Servidores Públicos (CNSP)**, entidade que congrega associações representativas de mais de **800 mil** servidores federais, estaduais e municipais, vêm a público manifestar perplexidade com a intenção de empreiteiros e parlamentares no sentido de apresentar proposta de emenda à Constituição com vistas a cercear o poder de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), com reflexo na atuação dos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Segundo notícia do Jornal O GLOBO (21/07/2013), a ação é orquestrada pela Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor), uma das principais entidades que têm contato direto com parlamentares. O objetivo é criar um conselho externo formado por representantes indicados pelo Congresso Nacional e o Poder Executivo para desconstituir as decisões do TCU, em especial as decisões referentes à fiscalização de obras públicas.

Ao conceder ao Congresso Nacional o poder de interferir nas decisões do TCU sobre fiscalização, a **"PEC DOS EMPREITEIROS"** ou **"PEC DA MORDAÇA"** atenta contra princípios constitucionais fundamentais, usurpando do órgão técnico de controle externo parte essencial de sua competência exclusiva, que é a de atestar a regularidade ou não dos atos e contas daqueles que gerenciam recursos públicos.

A ideia ventilada desconsidera, todavia, que o TCU está fora do esquema da tripartição dos poderes, cujo vínculo funcional não é com nenhum poder estatal, mas com a pessoa jurídica da União, sem qualquer subordinação ao Congresso Nacional, aplicando-se a mesma lógica nas demais esferas. Tal figurino constitucional foi assim desenhado para que o TCU assumisse, com desembaraço, a sua função de controle externo, que requer autonomia orgânica e independência funcional de seus agentes.

É nítido que a intenção dos patrocinadores dessa ideia é amordaçar o TCU, impedindo-o de continuar a exercer seu papel constitucional, que se aperfeiçoa a cada dia em prol da moralidade pública, em especial após os escândalos de desvio de verbas públicas que notabilizou a construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Para além desse propósito antirrepublicano, a ideia decorre do inconformismo de empreiteiros e gestores que se alimentam do rancor pela atuação vigilante da Corte de Contas inibidora de desmandos no trato do dinheiro público, notadamente nos investimentos em infraestrutura.

Apesar dos esforços dos órgãos de controle, a corrupção ainda consome, anualmente, **R\$ 85 bilhões** da administração pública brasileira, segundo dados do Capítulo Brasileiro da Organização Mundial de Parlamentares contra a Corrupção (GOPAC). O valor é muito superior ao orçamento da saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, transporte, entre outras políticas públicas que levam o cidadão a tomar as ruas por melhoria das condições de vida.

Confia a ANTC que os congressistas não de ter espírito republicano e lucidez para rechaçar qualquer investida antidemocrática dessa natureza que porventura seja apresentada, reafirmando, assim, o respeito do Congresso Nacional pela democracia.

A ANTC faz um apelo para que todas as organizações da sociedade civil, entidades sindicais e associativas parceiras se posicionem contrariamente a quaisquer ideias de usurpação das competências ou mordaza ao TCU e demais Tribunais de Contas, que, se forem concretizadas, constituirão retrocesso antirrepublicano.

Foi vontade do povo que a vida pública brasileira também fosse fiscalizada pelos cidadãos. Por isso, a ANTC e as entidades representativas signatárias desta Nota conclamam a sociedade civil organizada a derrotar qualquer tentativa de mordaza ao TCU e aos Tribunais de Contas estaduais e municipais, órgãos que têm a missão institucional de lançar luz às contas públicas e, em conjunto com os cidadãos, proteger o patrimônio público.

Se necessário, que sejam as ruas novamente ocupadas em mobilização cívica na defesa da preservação da ordem democrática, tão duramente conquistada no passado recente pela mobilização social.

Brasília, 23 de julho de 2013.

Apoiam: **A voz do Cidadão** - Instituto de Cultura de Cidadania; **Afinco**-Associação dos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal; **Astcerj**-Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; **Audifis**- Associação dos Auditores-fiscais do Tribunal de Contas do Estado de Roraima; **Auditores TCE/PE**-Associação dos Auditores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; **AVB** - Agentes Voluntários do Brasil; **Ceape**-Centro dos Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; **IFC**- Instituto de Fiscalização e Controle; **Sindaecema**-Sindicato dos Auditores Estaduais de Controle Externo do Maranhão; **Sindservice/RJ**-Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; **Unacon-Sindical**-União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (CGU/STN); **Unasus** - União Nacional dos Auditores do Sistema Único de Saúde

CNSP em Brasília:

13 de agosto, às 8h, reunião com o **Senador Paulo Paim** sobre a convenção 151 OIT, Presidente Antonio Tuccillo e o Diretor de Imprensa e Divulgação, Sylvio Micelli; Audiência com o Ministro do Trabalho **Manoel Dias**(*);

(*) sujeito a alterações

CNSP pede ao Supremo que negue pedido do governo São Paulo que não quer pagar juros de precatórios

O governo do Estado de São Paulo, por meio da proposta de Revisão nº 59, pede a revisão da Súmula 17 do Supremo Tribunal Federal, que trata dos pagamentos de precatórios alimentares. Resumidamente o governo de São Paulo pretende pagar os precatórios anteriores a 2009 sem juros atualizados, mediante uma interpretação equivocada da Súmula 17. Con-

siderando uma posição prejudicial aos servidores públicos, o Diretor Jurídico da CNSP, Dr. Julio Bonafonte, entrou com um pedido para o STF negar a proposta do governo do Estado de São Paulo. Esta petição foi protocolada em 11 de julho.

“Esta questão refere-se aos juros moratórios de 6% ao ano entre a data do protocolo para fins do orçamento de 1º de ju-

lho e o pagamento no final do exercício seguinte, correspondendo à 18 meses a 0,5% ao mês pretende subtrair do crédito 9%. Como não cumpre o pagamento no final do ano seguinte, (está pagando 1999, ou seja, 14 anos de calote), é absurdo e inconstitucional não querer pagar esses juros. Vamos fazer sustentação oral também”, explicou Dr. Bonafonte.

Presidente do TCE/SP confirma apoio na defesa dos tribunais de contas

O presidente da CNSP Antonio Tuccilio esteve, dia 29 de julho, com o presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Antonio Roque Citadini.



Antonio Tuccilio e Roque Citadini

No mesmo dia, o Conselheiro do TCE/SP, Sidney Beraldo, recebeu os membros da CNSP. A reunião foi para tratar do apoio da CNSP ao movimento da ANTC) pela valorização dos trabalhos dos tribunais, especialmente do TCU. Citadini foi convidado para a abertura do Seminário da CNSP, em outubro, e aceitou o convite.

Antonio Tuccilio apresentou a Nota Pública da ANTC e CNSP em defesa das atribuições dos tribunais de contas do Brasil.

Roque Citadini mostrou-se receptivo a causa, parabenizando a CNSP pela defesa dos trabalhos dos tribunais de contas do Brasil. Também apoiou o movimento pela aprovação da PEC 555/06. O presidente do TCE/SP disse que está atento ao controle de metas e fazendo alertas aos municípios.



Na reunião com o Conselheiro do TCE/SP, Sidney Beraldo (foto ao lado), vários assuntos foram tratados, como a reforma política. Beraldo falou ser favorável ao voto distrital misto e contra a lista fechada de deputados.

Também apoiou o movimento pela valorização do TCU. Nos dois encontros, além de Antonio Tuccilio, pela Confederação estavam Wagner Dallla Costa (diretor de Finanças) e Sylvio Micelli (diretor de Imprensa).

CNSP participa do 12º Seminário da Fespesp em São Paulo

O presidente da CNSP, Antonio Tuccilio, esteve presente na abertura e nos debates sobre a criação de uma Central dos Servidores Públicos durante o 12º Seminário da Fespesp, em São Paulo, dias 1 e 2 de julho. Também o Diretor Jurídico da CNSP, Julio Bonafonte, apresentou o andamento jurídico junto ao STF e ao TJSP dos pagamentos dos precatórios alimentares, após vitórias importantes da CNSP e ANSJ.

O presidente da Fespesp, José Gozze, é o secretário geral da CNSP, e disse que o encontro, com subtítulo “Resgate dos Direitos”, “vem renovar a luta do funcionalismo”. Além dos precatórios alimentares foram debatidas questões previdenciárias e gerais. Antonio Tuccilio parabenizou o trabalho da Federação e falou sobre o esforço conjunto em defesa de todos os funcionários públicos. Tuccilio também fez críticas sobre os governantes e destacou que o Brasil passa por um período de mudanças.



Acima, Antonio Tuccilio (presidente da CNSP) e José Gozze (presidente da Fespesp)

Resposta de Ofício da CNSP

A CNSP enviou, após reunião em Curitiba no começo do mês de abril, uma Moção à **Presidenta Dilma Rousseff** sobre o desconto com despesas em Educação no Imposto de Renda, apoiando a declaração deste item sem limites.

No dia 19 de abril, recebeu a resposta abaixo:



CNSP
Confederação Nacional dos Servidores Públicos
Diretoria: Antonio Tuccilio (Presidente), Marcos Vinício Gomes Pedro (1º Vice-Presidente), Amaro de Mello Vasconcellos (2º Vice-Presidente)
Vice-Presidentes Regionais: Paulo Sebastião Gonçalves Olympio (1ª Região: Rio Grande do Sul e Santa Catarina); Antônio Carlos Duarte Moreira (3ª Região: São Paulo); Octávio Luiz Alves (4ª Região: Rio de Janeiro e Espírito Santo); Valdir Suzano (5ª Região: Mato Grosso e Rondônia); Djalma Pires (6ª Região: Minas Gerais); Armando Campos de Oliveira (7ª Região: Bahia e Sergipe); Luciano Albuquerque Florêncio (8ª Região: Alagoas, Pernambuco e Paraíba); José Itagan da Costa (9ª Região: Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí); Elísio Gonzaga Silva (10ª Região: Goiás, Tocantins e Distrito Federal). José Gozze (Secretário Geral); Luiz Manoel Gerales (1º Secretário); Wagner Dalla Costa (Diretor de Finanças); José Lucas de Oliveira (Diretor Adjunto de Finanças); Lizabete Machado Ballesteros (Diretora de Assuntos da Área Federal); Julio Bonafonte (Diretor Jurídico); Túlio Expedito Liporoni (Diretor de Assuntos Municipais); Sylvio Micelli (Diretor de Imprensa e Divulgação); Adherbal Silva Pompeo (Diretor de Assuntos Parlamentares); José Carlos Gonçalves (Diretor de Formação e Organização Associativa); Derly Avilla Corrêa (Diretora de Assuntos Internacionais e Integração); José Carlos Rodrigues Dias (Diretor de Assuntos Estaduais). **Conselho Fiscal:** Gilmar Belluzzo Bolognani; **Suplentes:** Nivaldo Campos Camargo, Roque Ribeiro Sanches e Paulo de Magalhães; **Presidentes Eméritos:** Wilson Ribeiro e Brasil Paraná de Cristo (in memoriam)

Informativo CNSP - tiragem 300 exemplares - Distribuído às entidades filiadas - Sede: Rua Dr. Bettencourt Rodrigues, 88, 6º andar - Centro, São Paulo - 01017-010. Site: www.cnspp.org.br - Telefone: (11) 3105-7940; E-mail: cnspp@cnspp.org.br; Edita: Marietela Ajalla (MTB 19098 JP/RJ) Fotos: Arquivo CNSP/Sylvio Micelli